

¹ Texto publicado na revista *Caravelle*, CNRS, Toulouse, n° 3, 1964, pp.369-85.

Em um colóquio interdisciplinar sobre problemas urbanos, um geógrafo chamado a falar sobre Brasília encontra dificilmente o seu lugar. Nessa cidade, que está completando quatro anos e cuja construção se iniciou tres anos antes de sua inauguração, a 21 de abril de 1960, a dinâmica é tão rápida e, às vezes, tão violenta, que se torna difícil separar o curto passado do presente fugaz sobretudo quando o futuro, ao ritmo acelerado do país, chega sempre demasiado depressa. E depois, as questões se acotovelam com tanta intimidade que se corre o perigo de, inocentemente, invadir o campo de trabalho do vizinho.

Mas, uma dificuldade não constitui, por si mesma, uma impossibilidade, mas um desafio, embora a ser aceito com modéstia.

Habitado a estudar estabelecimentos urbanos fortemente assentados como cabeça de um país ou de uma região, resultado próximo ou remoto de uma organização econômica, social e política, o geógrafo para, um tanto assustado, antes de assentar qual o método a utilizar quando é chamado a apresentar uma cidade sem passado, e até mesmo como um desafio ao passado, surgida sem suporte econômico, sem região de influência, nem confessada pretensão de criá-la «Uma flôr naquela terra agreste e solitária», «uma imagem do Brasil do futuro» na expressão otimista e poética dos seus realizadores.

Definição ou hipótese de trabalho?

Uma definição, que seja, ao mesmo tempo, uma hipótese de trabalho, conduz a uma dupla definição de Brasília, contendo, em cada um dos seus termos, uma contradição aparente ou profunda.

Milton Santos

Brasília é, ao mesmo tempo, uma capital política e um canteiro de construção. Surgiu como um canteiro de construção e continuou sendo, após a instalação, ali, dos tres poderes do governo brasileiro. Brasília é, também, uma cidade «artificial» e uma grande cidade, uma capital de um país subdesenvolvido.

Cidade «artificial» surgiu de uma *vontade criadora* que haveria de se manifestar na prévia definição de diversos aspectos materiais e formais. A *intenção* que presidiu à sua criação é que orientaria aquela vontade criadora. Brasília já nascia com um destino predeterminado: ser «a cabeça do Brasil», o «cérebro das mais altas decisões nacionais».

Capital administrativa e canteiro de obras, essas duas realidades - a realidade planejada e a realidade condição para a primeira - vão contribuir para lhe dar uma fisionomia, um ritmo de vida, um conteúdo.

De maneira ideal - e era a pretensão dos planejadores - a realidade planejada iria substituindo a realidade condição. Brasília seria cada vez mais uma Capital voluntariamente construída e cada vez menos um canteiro de obras. Essa evolução complementar, em sentidos contrários, poderia continuar marcando a vida da cidade, se ao longo dos dois, não permanecesse um fator de complexidade mais forte: o subdesenvolvimento do país e tudo que o acompanha.

O subdesenvolvimento comparece como um elemento de oposição, diante daquela «vontade criadora», modificando os resultados esperados. Reduz as possibilidades de uma rápida construção da cidade; refletindo-se sobre as atividades principais explica as demais funções, o quadro, a fisionomia atual a estrutura e os problemas; e é o responsável

pela «dualidade» de Brasília, que tanto a aproxima das demais capitais latinoamericanas.

Vontade criadora e subdesenvolvimento do país são, pois, os termos que se afrontam na realização efetiva de Brasília. É da sua confrontação que a cidade retira os elementos de sua definição atual.

I BRASÍLIA E O SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Com efeito, torna-se impossível estudar Brasília sem o reconhecimento desse fato, que é o subdesenvolvimento. Apontada, por alguns, até mesmo como um dos remédios a esse sub-desenvolvimento, acusada por outros, de ser um agravante de alguns dos seus componentes, a nova capital federal brasileira reflete essa realidade.

1. Breve definição do subdesenvolvimento brasileiro

O subdesenvolvimento brasileiro pode ser definido, dentre outros fatores, pela população com alta taxa de iletrados, pelo sub-emprego na cidade e no campo, pelo êxodo rural, pelo baixo nível de vida. Ele também se define por uma alta taxa de inflação (cêrca de 94% em 1963) resultante, de um lado, do processo de equipamento, enquanto os preços internacionais baixam; e, de outro lado, das exigências crescentes das massas, sobretudo as que vêm para as cidades, enquanto o orçamento nacional não cresce na mesma proporção.

A tudo isso se junte o grave desequilíbrio regional, que opõe áreas estruturalmente desenvolvidas a outras onde os índices sociais e econômicos são muito baixos.

Evidentemente, essa breve definição não esgota a questão do subdesenvolvimento brasileiro. Mas dá, possivelmente, notícia dos aspectos que interessam ao nosso problema específico.

2. Brasília, uma solução?

Foi nesse contexto que se criou Brasília, indicada para ser um remédio eficaz para atenuar os famosos desequilíbrios regionais brasileiros e, assim, aos problemas de distribuição da população (em 1960, o Norte e o Centro Oeste, com 64% da

superfície, contavam com apenas 7% da população) e igualmente uma solução para a inflação galopante que tanto reduz o esforço nacional para vencer o subdesenvolvimento.

Por um lado, sustentava-se a tese de que a presença de um grande polo administrativo no interior, em uma região despovoada e pobre, poderia contribuir para lhe atribuir maior densidade demográfica e novas fontes de riqueza pela ocupação efetiva da terra.

Houve, também, dentre os defensores de Brasília, os que reuniram, na mesma solução, os dois problemas relativos ao desequilíbrio regional e à inflação. Peixoto da Silveira, por exemplo, considerava impossível vencer a inflação sem a mudança da capital. Segundo sua opinião, a transferência da sede do governo viria proporcionar melhor interesse pelas diversas regiões, melhor solução para a distribuição das rendas, enfim a redução da desigualdade entre regiões de que resultaria inflação. Ao seu ver, a inflação brasileira resultaria menos do excesso de meios de pagamento do que da sua inadequada circulação nas diversas regiões.

A nova Capital teria, assim, uma ação anti-inflacionária múltipla. Agiria para facilitar um verdadeiro fenômeno de vasos comunicantes entre zonas de expansão e zonas de depressão, diluindo assim, a inflação monetária. Com o aumento da produção haveria, também, a absorção dos meios de pagamento excedentes.

E como Brasília seria auto-financeável, não haveria outros problemas do ângulo financeiro.

3. A solução de Brasília

Se, a longo termo, Peixoto de Castro e os que pensam como ele terão razão, só o futuro dirá. Nem se haveria de querer que em tão pouco tempo fenômenos dessa complexidade encontrassem pronta resposta. Resta, porém, o fato persistente que é o subdesenvolvimento nacional e suas imediatas implicações sobre a cidade e sua vida. A mais importante deriva das características da população que veio ali residir e trabalhar, desde os primeiros tempos da sua construção. Os «candangos»² vindos de partes diversas do país, mas sobretudo das regiões mais deserdadas, a princípio quase os únicos

² «Candango» é o apelido com que, a princípio, foram conhecidos os construtores de Brasília e que, depois, passou a qualificar todos os habitantes da cidade.

habitantes do canteiro de construção, que era Brasília, incorporaram-se definitivamente à vida da cidade, porque, inclusive, passaram a residir nela, mesmo quando o mercado de trabalho não era favorável, pois não devemos esquecer de que o ritmo de construção da cidade não foi e não é sempre o mesmo. A essa população de trabalhadores deve Brasília muitas das suas condições atuais; e as próprias características dessa população estão estreitamente ligadas ao subdesenvolvimento nacional.

Em primeiro lugar, a população não tem crescido em correlação com o número de empregos disponíveis. Eram 64.319 no recenseamento realizado em 1959, antes, portanto, da inauguração. Em 1963, quando as obras baixaram a um índice bem reduzido, contavam-se perto de 250.000 dos quais pouco mais de um terço moravam em Brasília mesmo, enquanto os restantes nas chamadas cidades-satélites. Ora, em 31 de dezembro de 1962, havia, apenas, 1.337 pessoas ocupadas em atividades industriais, dos quais 1.150 operários, nos 168 estabelecimentos existentes.

A análise da população anterior à inauguração permite melhor conhecer as características demográficas da parcela maior dos habitantes de Brasília e suas implicações na vida urbana.

Vejamos alguns resultados do censo realizado em 1959. Em primeiro lugar, a maior parte dos migrantes o fazia pela segunda vez. Os que precediam da região Centro-Oeste eram 36,8% do total, sendo nascidos ali apenas 23,6%, enquanto os nascidos no Leste eram 14%, mas só 7,3% procedendo daí. Mesmo os estrangeiros não escapavam a essa lei: apenas 0,1% vinham diretamente do estrangeiro.

Havia forte proporção de homens. O relativo equilíbrio existente até 1950 (1890: 1.046 M/1.000 H; 1900: 1.028/1.000; 1920: 980/1.000; 1940: 1.024/1.000; 1950: 1.003/1.000) foi quebrado logo com o início da construção: 374 em 1957, 495 em 1959. Entre 1950 e 1959 o percentual de homens com idade entre 20 e 40 anos passou de 29,4% para 53,4%. É forte a proporção das camadas com idade ativa e a população é jovem. Em 1959, com menos de 20 anos eram 41%. Com mais de 60 anos, apenas 1,5%. A idade média era 22,2 anos.

Entre os homens, a proporção de solteiros era maior (552 contra 426 casados) e de casados entre as mulheres (651 contra 248 solteiras).

A população ativa era, relativamente, numerosa: 35.201 para um total de 64.319 presentes, cerca de 54,7%, portanto. Nessa população, avultavam as ocupações ligadas à construção, que compreendiam 54,5% da população ativa, sem contar com parcelas indiretamente vinculadas àquele gênero de atividades. Os serviços abrangiam 10,2% e o comércio de mercadorias 4,6%, enquanto as indústrias de transformação compareciam com 3,3% e os transportes com 2,2%. Os serviços administrativos (1,5%) e as atividades sociais (1,7%) eram pouco representados. As atividades agropecuárias reuniam, em 1959, cerca de 6,5% da população ativa.

II. A VONTADE CRIADORA

A construção de Brasília estava prevista na Constituição Brasileira de 1964. Todavia, Constituições anteriores ordenavam igualmente a transferência da Capital para o Planalto Central. Foi a decisão do presidente Juscelino Kubitschek de efetuar a mudança que permitiu a edificação de Brasília em tempo recorde. A vontade de criar uma nova Capital, essa *vontade criadora* se confundiu, assim, com a vontade de um homem. Tão certo estava ele dessa interdependência que tinha, bem nítida, a consciência da necessidade de tudo fazer dentro do seu período de governo, de modo que a construção da Cidade se tornasse um fato irreversível. Por aí já se começa a ter idéia da relativa fragilidade dessa vontade criadora.

Ela se manifestaria sobretudo na definição de uma certa paisagem, de um certo sistema de trânsito, de uma função, de atividades urbanas e periurbanas e de uma rede de influências e uma organização do espaço regional.

1. Definição de uma paisagem

A paisagem, a fisionomia de Brasília, deveria ser definida pela arquitetura dos palácios e casas, e pelo plano da cidade, isto é, o arranjo e o traçado das ruas e bairros.

Quanto aos edifícios não podemos encontrar melhor intérprete, da tendência vitoriosa, que a do próprio

arquiteto. Dizia Niemeyer: «minha preocupação era a de encontrar uma forma clara e bela de estrutura que definisse e caracterizasse os edifícios - os palácios propriamente ditos, dentro do critério de simplicidade e nobreza indispensável» ... «que esses prédios constituíssem qualquer coisa nova e diferente que fugisse à rotina», de forma a dar aos visitantes «uma sensação de surpresa e emoção, que a engrandecesse e caracterizasse». E acrescentava: «com relação aos outros prédios urbanos - desejava estabelecer uma disciplina que preservasse a unidade dos conjuntos, fixando para os mesmos, regras e conceitos, com o objetivo de evitar, inclusive, as tendências formalistas que vêm desvirtuando a arquitetura brasileira.»

A fim de garantir a permanência dos padrões assentados, foi organizado um serviço especial de aprovação de plantas, de modo a serem recusadas «as soluções que pudessem comprometer a arquitetura», evitando a repetição das formas dos prédios governamentais ou a construção das exóticas e desproporcionadas.

A unidade de vizinhança é formada por quatro superquadras. Cada superquadra mede 240 metros de cada lado, estando limitada por uma faixa de vegetação de 20 metros de largura, dispostas ao longo de uma estrada-parque, na extensão de um quilômetro. Construídos os prédios sobre pilotis, a área livre fica assim aumentada.

Cada superquadra comporta 11 blocos de 6 pavimentos, havendo, também, as superquadras duplas, com 33 edifícios de 3 pavimentos.

Cada superquadra deve abrigar, em média, 3000 moradores. Estes são defendidos do automóvel, uma vez que o «tráfego de acesso é concentrado no centro». Por outro lado, dentro das superquadras, há uma Escola Primária e um Jardim de Infância. A Igreja fica na confluência e a Escola Secundária atrás das superquadras.

O comércio local é contíguo. Volta-se para as vias de grande circulação, estando, porém, separado da área de residência pela mencionada faixa verde. É nessa área comercial que fica o cinema. Quanto ao comércio de varejo, fica a menos de 10 minutos de qualquer superquadra.

Evidentemente, as quadras externas tornam-se mais valorizadas. Todavia sua reunião em grupos de quatro, faz com que seja evitada a estratificação social.

O sistema das superquadras não é, todavia, exclusivo. Foram também concebidos setores ilhados para casas individuais.

2. Definição de um sistema de trânsito

O plano da cidade dispõe-se sobre dois eixos, sendo um arqueado, chamado Eixo Rodoviário, enquanto o outro é o Eixo Monumental.

Ao eixo arqueado foi atribuída a função circulatória. Mede 13 quilômetros e dispõe de 5 pistas, sendo que a central é reservada à alta velocidade. O tráfego é sem cruzamentos, dispensando sinalização, isso favorecendo a rapidez e o baixo custo. O «tráfego urbano» é, assim, separado do tráfego «local» ou «de passagem». Esse eixo dispõe de faixas arborizadas, que protegem contra o ruído. Essa providência se mostra bem funcional, uma vez que ao longo do eixo rodoviário se localizam as áreas residenciais.

O eixo monumental foi previsto para abrigar os edifícios destinados à administração, a começar pelos ministérios, a maioria dos quais já construídos. É no cruzamento dos dois eixos, rodoviário e monumental, que se situa o setor comercial, localizado de modo a favorecer e facilitar a vida de relações.

3. Definição de uma função

Brasília já nascia Capital. E pretendiam os seus fundadores que fosse, exclusivamente, uma capital administrativa, de modo que as demais funções surgissem em função do papel administrativo. Assim, não deveria tornar-se uma cidade industrial, a exemplo do que está ocorrendo com outras capitais regionais, nem um grande empório comercial. A própria população seria limitada a 500 mil habitantes, no máximo.

A definição de uma função indicou a arquitetura de um grande número de edifícios - entre os primeiros a serem construídos - bem assim, a população que neles viria a trabalhar. Igualmente o interesse de

atrair os funcionários residentes em maioria no Rio de Janeiro, aconselhou a adoção de uma política criando facilidades para a transferência, desde o pagamento de um salário em dobro, «a dobradinha», até o aluguel, a preço módico, de apartamentos de prédios construídos pelo próprio governo.

4. Definição de atividades urbanas e periurbanas

Buscou-se, também, definir certas atividades urbanas e peri-urbanas, consideradas essenciais à vida íntima da cidade, como as relacionadas com educação, saúde e abastecimento.

Educação. — Os objetivos do plano educacional eram, sobretudo, os seguintes: 1) distribuição das Escolas no espaço geográfico, de tal forma que houvesse a menor distância para a residência do escolar; 2) criação de oportunidade para crianças e adolescentes; 3) elaboração de um novo plano, quebrando a rotina do sistema educacional brasileiro e de modo a oferecer uma educação integral à criança e ao adolescente; 4) amplos poderes ao ensino particular, com fixação de áreas para construção de internatos e externatos.

O plano prevê: uma Escola-Classe e um Jardim de Infância, para cada grupo populacional de 2500 a 3000 habitantes; 2) uma Escola-Parque para cada grupo de 15000 habitantes; 3) um centro de educação média (Ginásio, Colégio, Escola Comercial, Escola Industrial, Centro de Cultura e Centro Esportivo) para cada grupo populacional de 45.000 a 50.000 habitantes.

A universidade de Brasília foi criada para atender àquele propósito de «romper com a rotina do sistema educacional brasileiro» e para isso ficou dotada de uma estrutura mais flexível. Sua grande preocupação, além de fornecer técnicos e especialistas servindo como apoio aos órgãos de administração — desassistidos em Brasília do equipamento cultural das grandes cidades litorâneas - é a formação de professores universitários, a serviço dos novos centros que se abrem em tôdas as regiões do país, bem como da renovação dos antigos.

Saúde. — Foi prevista a instalação de uma rede de hospitais, constituída de: 1) um hospital-base, constituindo o centro de sistema; 2) 11 hospitais

distritais, cada qual podendo atender a 45 ou 50 mil habitantes, de acôrdo com zoneamento feito no Plano Piloto; 3) hospitais rurais, servindo às zonas rurais; 4) hospitais-satélites, êstes situados nas chamadas cidades-satélites.

Abastecimento. — O aprovisionamento da cidade em gêneros perecíveis foi, igualmente, equacionado. Criaram-se lotes rurais de dois tipos e tamanhos entre 5 e 50 hectares, para a produção hortigranjeira e entre 50 e 100 ha, para pecuária de leite ou corte e culturas extensivas. A fim de evitar que os loteamentos rurais se transformem em loteamentos urbanizáveis foi proibida a venda. O sistema de cessão das terras é o arrendamento, por 30 anos prorrogáveis. Além disso foram estabelecidos Núcleos Rurais, prúóximos às cidades-satélites e à montante da barragem sobre o rio Paranoá.

Com o objetivo de instruir e educar produtores e suas famílias, criaram-se 5 unidades Sócio-Econômicas Rurais (USER).

5. Organização do espaço

Uma cidade que se constrói numa região despovoada para tornar-se a capital de um imenso país não pode deixar de ter, como preocupação essencial, o estabelecimento de uma rede de transportes e comunicações, ligando-a às diversas regiões do país. O ciclo inicial, que mistura a anedota aos ímpetos dos seus fundadores, e no qual os materiais de construção vinham ao Planalto Central transportados em aviões, tinha de ser substituído por sistemas mais lógicos. Daí o prolongamento previsto de ferrovias e o traçado de novas rodovias na direção dos grandes centros, do litoral, e, mesmo cortando áreas pouco povoadas, como é o caso da ousada Belém-Brasília, que atravessa a floresta amazônica.

Os efeitos já se começam a sentir: em 1962, os aviões transportaram cerca de 3.400 toneladas de carga e em 1963 apenas 2.000.

III. O BALANÇO

Do jogo dos fatores precedentemente analisados, a cidade construiu uma síntese provisória, que permite defini-la, neste momento, como um organismo incompleto, um organismo heterogêneo e uma capital sem região imediata.

1. Um organismo incompleto

Sob diversos aspectos, é Brasília um organismo incompleto. A insuficiência dos serviços presentes à cidade é um desses índices.

Os transportes continuam sendo largamente insuficientes, numa aglomeração que se caracteriza pela enormidade das distâncias entre os seus diversos elementos. Em fins de 1962, havia 4.914 automóveis matriculados, 292 ônibus, 2.554 camionetes, 1.351 motocicletas e 1.275 caminhões. Quanto aos meios de hospedagem, pode dizer-se que houve estabilização do número de alojamentos de dois anos para cá. Os dois principais hotéis (Hotel Nacional e Brasília Palace Hotel) somam 735 lugares, enquanto nos demais se encontram 645, sendo que 320 quartos sem água corrente.

As funções urbanas são, por seu lado, ainda frágeis. A função administrativa ainda não pode obter o lugar que lhe era destinado. A maior parte do aparelho burocrático e mesmo as repartições de alto nível ainda se localizam no Rio de Janeiro, o que obriga os ministros e, mesmo, o presidente da República a constantes deslocamentos. Apesar das vantagens oferecidas, o funcionalismo não dá mostras de querer, facilmente, abandonar a antiga capital: em 1959, 55% dos funcionários estava no Rio, enquanto em 1963 esse percentual baixava para 50%, o que não quer, obrigatoriamente, dizer que esses 5% tenham se domiciliado em Brasília.

De um ponto de vista comercial, Brasília não chega a se bastar. O comércio de distribuição e de grosso situa-se praticamente em outras cidades, como Anápolis e Goiânia, principalmente a primeira, e as lojas de luxo, que seriam de esperar em uma capital política do seu porte, não são ainda numerosas. O negócio bancário é, por outro lado, desenvolvido.

A função industrial não é, também, expressiva. 168 estabelecimentos, 1.300 pessoas ocupadas, uma produção equivalente a 200 mil dólares da época, em 1962.

Brasília era, também, um organismo incompleto, se a encarmos do ponto de vista do que, aqui, poderemos chamar de função residencial. Até fins de 1962, estavam regularmente edificadas 11.185 unidades residenciais, correspondendo a 4.623

prédios, dos quais 2.694 de construção pelo governo e 1.929 por particulares.

A situação residencial era e continua crítica.

2. Um organismo heterogêneo

Organismo incompleto, já vimos que é. Mas Brasília é igualmente um organismo heterogêneo. Nisso se irmana às demais capitais e grandes cidades da América Latina, reunindo em bairros de características opostas, populações com qualificações também contrastantes. Aqui, a oposição é original e tornou persistente. Daí, ao lado das imponentes edificações do Plano Piloto, os casebres, típicos de «bidonville» de aglomerações como o Núcleo Bandeirante, também chamado «Cidade Livre». Esta resultou da necessidade de alojar construtores da Capital e os que, tendo ou não ocupação fixa, se sentiram atraídos pelos trabalhos da construção. Chamou-se «Cidade Livre» para evidenciar a oposição relativamente à outra, construída segundo normas rígidas.

Pensaram os construtores de Brasília que poderiam suprimir essa Cidade-Livre, logo terminada a construção da Capital ou que estaria em suas forças substituí-la, atribuindo residências corretas aos seus ocupantes. Isso porém, não foi obtido até então e o que resta é um vivo contraste. Esse contraste começa pela repartição profissional dos moradores, o que acarreta uma enorme série de outros caracteres diferenciais, tanto do ângulo econômico, como do social.

3. Uma capital sem região imediata

A despeito da força própria com que a cidade surgiu e da rede de estradas que a tomou como centro, Brasília continua a crescer sem criar ao redor uma região ou, mesmo, o ambicionado «cinturão verde», programado para abastecer a cidade. Na verdade, o abastecimento continua um problema. Em 1962 para as necessidades diárias de 297 toneladas, a produção do Distrito Federal era de, apenas, 18 ton., isto é, 6%. As granjas locais participam com apenas 10%. Os grandes fornecedores eram dos Estados de Goiás, São Paulo, Minas e Bahia. Neste último Estado, a construção de uma rodovia atravessando região até então quase despovoada, permitiu a ampliação da fronteira agrícola. Mas as rodovias Brasília-Anápolis

e Brasília-Belo Horizonte são as grandes responsáveis pelo abastecimento.

É Anápolis aliás, a 135 km de Brasília, o seu principal mercado fornecedor. Beneficiando-se de uma velha e assentada tradição comercial, Anápolis, com suas grandes firmas atacadistas, lhe serve de intermediário com o resto do país. O comércio varejista de Brasília depende totalmente de Anápolis.

A rede de estradas, facilitando os contatos, veio favorecer o desenvolvimento de atividades distantes. Devemos realçar, igualmente, que o esforço de integração do país, assim alcançado, obteve o reforço da posição de São Paulo, assim mais aproximado de novos mercados consumidores de sua produção industrial.

4. Conclusão

Como balanço final, e à guisa de conclusão, diríamos acreditar que Brasília constitui um fato irreversível. Sua função administrativa e política surge como geratriz de outras funções de crescimento, mesmo em fases de crise. Dificilmente, por isso, Brasília

será apenas uma Capital administrativa, dotada de alguns serviços essenciais. A extensão do país, as grandes distâncias, aconselham a instalação de novas funções, colocando-a sob êsses aspectos, em nível idêntico ao das outras grandes capitais nacionais.

Caberia, ainda, indagar em que medida o desenvolvimento do país se refletirá sobre a nova Capital. Obteremos, assim, eliminar o dualismo que hoje marca a fisionomia e a vida da cidade? ou será, ele também, um fato irreversível?

De toda maneira, Brasília é um fenômeno que se antecipa ao futuro do país. Diante do sentimento do inacabado, dado pela imensidão dos espaços vazios, os candangos têm razão para indagar a si mesmos se não estará a cidade à procura de uma alma ... Mas, não se diria que ela não tem, já, uma personalidade, resultante dos aspectos ultramodernos que lhe atribuíram por decreto e da fatalidade de haver sido gerada em um país subdesenvolvido.

Assim, sem desmentir o presente, fornece uma imagem do futuro. É a sua originalidade.